

Nome: **IGREJA INTERNACIONAL DA GRAÇA DE DEUS**
Endereço: Rua Carlos Gomes nº 222 - Centro
Atividade: Templo religioso
Sócios: Romildo Ribeiro Soares (CPF/MF- 127.070.667-53) e Jayme de Amorim Campos (CPF/MF- 549.209.457-15)
Processo: 24.076 - 02/08/2.007 (Isenção das Taxa de Licença para Funcionamento) - anexo o Processo nº 24.073/2.007 (Alvará de Funcionamento)

Nome: **INSTITUTO EDUCACIONAL GINGA**
Endereço: Rua Duque de Caxias nº 364 - Centro
Atividade: Mantendo e contribuindo para a manutenção de cursos de formação abrangendo níveis básico (infantil, fundamental e médio) e superior (graduação e pós-graduação)
Inscr. Municipal: 36.254
Proprietário: José Galdino de Souza Clemente (CPF/MF- 962.357.568-87)
Processo: 5.058 - 13/02/2.009 (Defesa contra Notificação) - anexos o Processos nº 3.635/2.007 (Alterações Diversas, nº 3.687/2.007 (Alvará de Funcionamento) e nº 3.686/2.007 (Isenção da Taxa de Alvará de Funcionamento)

Nome: **IRACEMA CHAVES DA SILVA ME**
Endereço: Rua Santa Cruz nº 606 - Centro
Atividade: Comércio varejista de variedades, souvenirs e artesanatos em geral
Inscr. Municipal: 35.087
Proprietária: Iracema Chaves da Silva (CPF/MF- 016.400.418-18)
Processo: 28.734 - 14/09/2.006 (Alvará de Funcionamento)

Nome: **ISABEL CRISTINA SCHNAIDER ME**
Endereço: Rua Major Antonio Augusto Bole nº 112 - Vila Paraíso
Atividade: Comércio varejista de artigos para decoração de festas, convites, lembranças e aluguel de material para festas
Inscr. Municipal: 35.458
Proprietária: Isabel Cristina Schneider (CPF/MF- 056.225.128-67)
Processo: 33.824 - 21/11/2.006 (Alvará de Funcionamento)

Nome: **JAIME ALVES ME**
Endereço: Rua Joaquim Coimbra nº 33 - Parque Nossa Senhora das Dores
Atividade: Fabricação de esquadrias metálicas e serviço de reparação de artigos de metal
Inscr. Municipal: 34.676
Proprietário: Jaime Alves (CPF/MF- 719.484.908-97)
Processo: 20.834 - 25/08/2.003 (Desarquivamento de Processo) - anexos os Processos nº 3.816/1.998 (Defesa contra Notificação), nº 25.957/1.997 (Alvará de Funcionamento) e nº 25.956/1.997 (Alvará de Utilização)

Nome: **JEAN ANTUNES DA SILVA JUNIOR ME**
Endereço: Rua Deputado Octávio Lopes nº 23 - Centro
Atividade: Comércio varejista de equipamentos e materiais de informática e prestação de serviços de informática (conserto)
Inscr. Municipal: 35.437
Proprietário: Jean Antunes da Silva Junior (CPF/MF- 349.998.538-17)
Processo: 36.791 - 29/11/2.006 (Alvará de Funcionamento)

Nome: **JOSÉ ADRIANO FURLAN**
Endereço: Rua João Jacon nº 209 - Vila Santa Josefa
Atividade: Consultório odontológico
Inscr. Municipal: 34.831
Proprietário: José Adriano Furlan (CPF/MF- 078.818.258-71)
Processo: 48.876 - 22/12/2.003 (Alteração de Endereço) - anexo o Processo nº 12.097/1.999 (Alvará de Funcionamento)

Nome: **VALMIR ASSUEIRO**
Endereço: Rua Santa Terezinha nº 106 - Centro
Atividade: Despachante
Inscr. Municipal: 31.570
Proprietário: Valmir Assueiro (CPF/MF- 016.411.028-37)
Processo: 37.464 - 08/11/2.005 (Encerramento de Atividade) - anexo o Processo nº 16.678/2.004 (Alvará de Funcionamento)



ATO NORMATIVO
da Secretaria Municipal
da Educação

Secretaria da
Educação
Secretaria Municipal da Educação

Portaria S.M.E. nº 02 de 27 de janeiro de 2011

ANTONIO MONTESANO NETO, Secretário Municipal da Educação

NO EXERCÍCIO de suas atribuições, delegadas pelo Decreto nº 13 de 14 de janeiro de 1998, e suas respectivas alterações, em especial o artigo 11, letra "J",

DESIGNA:

A) Comissão para coordenar, executar e avaliar a realização do processo de atribuição de classe e/ou turmas durante o ano letivo de 2011 sob a Presidência do primeiro e composta pelos seguintes membros:

Presidente: Profª **EZILDA HELENA DI GIORNO BUENO DA SILVA**
Membros: Profª **CÉLIA APARECIDA ZANFELICE DE AZEVEDO**
Profª **DEISE APARECIDA DE OLIVEIRA KUHLM**
Profª **ELCI ELVIRA PEIXOTO DOS SANTOS**
Profª **ISABEL CRISTINA ROSSI MATOS**
Profª **SANDRINE CRISTINA IBANES ROSSINI**
DANIELA AYAME MATAI VENÂNCIO
LÚCIA MARIA DE MEDEIROS ALMEIDA

B) Este Ato Normativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, aos vinte e sete dias do mês de janeiro do ano de dois mil e onze

ANTONIO MONTESANO NETO
Secretário Municipal da Educação



ATO NORMATIVO
da Secretaria Municipal
da Educação

Secretaria da
Educação
Secretaria Municipal da Educação

Resolução SME nº 03 de 27/01/2011

Dispõe sobre o processo de atribuição de classes e/ou turmas aos docentes da Secretaria Municipal da Educação de Limeira.

ANTONIO MONTESANO NETO, Secretário Municipal da Educação,

NO EXERCÍCIO de suas competências, delegadas pelo Decreto nº 13 de 14 de janeiro de 1998 e suas respectivas alterações, em especial o artigo 11, letra "J" e considerando o que dispõe a Lei Complementar nº 461/09 alterada pelas Leis Complementares nºs 470, 472, 497/09 e 540/10, em seus artigos 31, 32, 33, 34, 103 e 104 e Decreto 185/99, visando normatizar os procedimentos relativos ao processo de atribuição de classes e/ou turmas para o ano letivo de 2011 aos docentes da Rede Municipal de Ensino de Limeira,

Resolve:

Artigo 1º Cabe às autoridades escolares tomarem providências necessárias quanto à execução e acompanhamento do processo de atribuição de classes e/ou turmas disponíveis, ao pessoal docente do quadro do magistério.

Artigo 2º Compete a esta Secretaria Municipal da Educação designar comissão para coordenação, execução e avaliação do processo de atribuição de classes e/ou turmas.

Artigo 3º Compete ao Diretor de Escola atribuir as classes e/ou turmas de sua Unidade Escolar, respeitando a classificação de cada um dos professores, compatibilizando os horários das classes e turnos de funcionamento da escola com as respectivas jornadas de trabalho e atendendo as reais necessidades da escola.

§ 1º As classes de 1º e 2º anos do Ciclo I, os 3º e 4º anos PIC (Programa Intensivo de Ciclo) do ensino fundamental de nove anos, as 4º e séries PIC (Programa Intensivo de Ciclo) e as classes de Recuperação de Ciclo do ensino de oito anos serão atribuídas aos professores com experiência comprovada de no mínimo um ano de exercício em classes de alfabetização, e/ou que tenham concluído ou estejam frequentando o curso Letra e Vida.

§ 2º As classes do Programa Intensivo de Ciclo (PIC), deverão ser prioritariamente atribuídas aos professores que no ano de 2010 trabalharam neste programa e atenderam as necessidades da escola.

§ 3º As Unidades Escolares enviarão a Planilha (Anexo II desta Resolução) devidamente preenchida, ao setor dos ADE's, logo após a atribuição das classes de que trata o parágrafo anterior.

§ 4º Após a atribuição aos docentes referidos no § 1º deste artigo, se ainda houver classes a serem atribuídas, elas poderão ser destinadas a professores que não atendem às exigências contidas no referido parágrafo.

Artigo 4º Os professores inscritos nos termos do Decreto nº 393 de 03 de dezembro de 2010, e os afastados junto ao município nos termos do convênio estado/município, participarão do processo de atribuição de classes e/ou turmas para o ano letivo de 2011, obedecendo ao cronograma constante do Anexo I desta Resolução.

Artigo 5º Os professores titulares dos cargos de educação infantil, educação especial e ensino fundamental da rede municipal de ensino designados como agentes de desenvolvimento educacional, diretores de escola, vice-diretores e professores coordenadores, participarão normalmente do processo de atribuição de classes e/ou turmas, para compor jornada de trabalho e assumirão as mesmas no caso de cessação da designação.

Artigo 6º Os professores titulares dos cargos de educação infantil, educação especial, ensino fundamental e os professores substitutos efetivos de educação infantil e ensino fundamental da rede municipal de ensino afastados a qualquer título, também, participarão do processo de atribuição de classes e/ou turmas para compor jornada de trabalho e assumirão as classes e/ou turmas no término do afastamento.
Parágrafo único – em caso de ausência dos professores referidos no artigo 6º, a atribuição será compulsória.

Artigo 7º Os professores titulares dos cargos de educação infantil, educação especial e ensino fundamental da rede municipal de ensino que não tiverem classes livres e/ou turmas atribuídas para compor jornada de trabalho docente, nas Unidades Escolares, serão considerados excedentes.

Artigo 8º Os professores titulares dos cargos de educação infantil, educação especial e ensino fundamental da rede municipal de ensino considerados excedentes em suas Unidades Escolares, deverão participar da atribuição na fase de Secretaria escolhendo para compor jornada de trabalho, dentre as classes livres das escolas da Rede Municipal de Ensino.

§ 1º Os professores de que trata o “caput” deste artigo, que não comparecerem à sessão de escolha, terão uma classe livre atribuída compulsoriamente, de acordo com sua jornada de trabalho.

§ 2º Os professores que tiverem classes atribuídas nos termos do “caput” deste artigo terão nova sede de lotação, de acordo com a escolha, ficando garantido o direito de retorno para a sede anterior, no caso de vacância de classe, desde que isso seja requerido por escrito ao diretor da escola e protocolado na U.E., dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da atribuição.

Artigo 9º Após a atribuição de que trata o artigo 8º desta Resolução, se os professores continuarem excedentes, serão declarados adidos e poderão ter classes atribuídas como carga horária de trabalho docente, sem deixarem a condição de adidos ou ficarão em exercício nas Unidades Escolares onde têm os cargos lotados, devendo assumir, durante o ano letivo, classes em substituição e aulas eventuais, na fase de U.E., até o surgimento de classes livres na Rede, para as quais serão removidos ex-offício.
Parágrafo único – Os professores declarados adidos não terão prejuízo de vencimentos, nem das demais vantagens do cargo.

Artigo 10 Os professores titulares dos cargos de educação infantil, educação especial e ensino fundamental da rede municipal de ensino, readaptados por tempo indeterminado, serão classificados, mas não participarão do processo de atribuição de classes e/ou turmas. No caso de cessação da readaptação durante o ano, os mesmos assumirão classes vagas nos termos do artigo 9º desta Resolução, ou ficarão adidos na sede de lotação devendo assumir durante o ano letivo classes em substituição e aulas eventuais na fase de Unidade Escolar.

Artigo 11 As jornadas semanais de trabalho docente disponíveis para atribuição são assim constituídas:

I. Jornada I – 25 horas-aula de trabalho, sendo:

20 (vinte) horas-aula na regência de classe,

05 (cinco) horas-aula de trabalho pedagógico, das quais 03 (três) na escola, em atividades coletivas e 02 (duas) em local de livre escolha do professor.

II. Jornada II – 36 horas-aula de trabalho, sendo:

30 (trinta) horas-aula na regência da classe,

06 (seis) horas-aula de trabalho pedagógico, das quais 03 (três) na escola em atividades coletivas e 03 (três) em local de livre escolha do professor.

III. Jornada III – 30 horas-aula de trabalho, sendo:

25 (vinte e cinco) horas-aula na regência da classe,

05 (cinco) horas-aula de trabalho pedagógico, das quais 02 (duas) na escola, em atividades coletivas e 03 (três) horas-aula em local de livre escolha do professor.

§ 1º Os professores titulares de cargo, os substitutos e os da rede estadual afastados junto ao município ficam sujeitos à jornada de cargo e/ou da classe atribuída.

§ 2º Os professores C.L.T. estáveis da Prefeitura poderão ter atribuídas classes e/ou turmas, até o máximo de 36 horas-aula de trabalho docente.

Artigo 12 A atribuição de classes e/ou turmas no início do ano aos professores inscritos e classificados obedecerá à seguinte ordem sequencial:

I Fase 1 – Nas Unidades Escolares:

1- Atribuição aos titulares de cargo da rede estadual de ensino, afastados junto ao município, com sede fixada na U.E., para constituição da jornada de trabalho;

2- Atribuição aos titulares dos cargos de P.E.I., P.E.F. e P.E.E. da rede municipal de ensino classificados na U.E. para constituição de jornada de trabalho;

3- Atribuição aos titulares dos cargos de P.E.I., P.E.F. e P.E.E. da rede municipal de ensino, removidos ex-offício, para constituição de jornada de trabalho para atendimento dos pedidos de retorno;

4- Atribuição em caráter obrigatório como carga horária (substituição) aos professores titulares de cargo da rede municipal de ensino, declarados adidos;

5- Atribuição em caráter obrigatório como carga horária (substituição) aos professores CLT estáveis da P.M.L.;

6- Atribuição em caráter obrigatório como carga horária (substituição) aos professores substitutos de educação infantil (P.S.E.I.) e ensino fundamental (P.S.E.F.) providos por Concurso de provas e títulos.

7- Atribuição de carga suplementar de trabalho aos professores titulares dos cargos de educação infantil, educação especial e ensino fundamental da rede municipal de ensino, de acordo com a opção dos mesmos.

8- Atribuição de carga suplementar aos professores substitutos de educação infantil (P.S.E.I.) e ensino fundamental (P.S.E.F.).

Parágrafo único – Quando não houver titulares a serem substituídos, o Professor Substituto de Educação Infantil (P.S.E.I.) deverá auxiliar o docente da última etapa da Educação Infantil e o Professor Substituto de Ensino Fundamental (P.S.E.F.) deverá auxiliar o docente do primeiro ano do Ensino Fundamental.

II Fase 2 – Na Secretaria Municipal da Educação:

1 – Atribuição aos titulares de cargo adidos ou excedentes, em caráter obrigatório, para constituição de jornada de trabalho;

2 – Atribuição aos titulares de cargo da rede estadual de ensino, afastados junto ao município, sem sede fixada, para constituição de jornada de trabalho;

3 – Atribuição em caráter obrigatório como carga horária (substituição) aos professores titulares de cargo da rede municipal de ensino, declarados adidos, quando não atendidos na UE;

4 – Atribuição de carga horária em caráter obrigatório aos professores CLT estáveis da P.M.L. quando não atendidos na UE;

5- Atribuição de carga suplementar de trabalho aos professores titulares dos cargos de educação infantil, educação especial e ensino fundamental da rede municipal de ensino não atendidos ou que declinaram na Unidade Escolar;

6- Atribuição de carga suplementar aos professores substitutos de educação infantil (P.S.E.I.) e ensino fundamental (P.S.E.F.).

7- Atribuição de carga horária aos professores aprovados no Processo Seletivo 03/2010, em caráter temporário, se necessário.

Artigo 13 A atribuição de classes e/ou turmas da Educação de Jovens e Adultos far-se-á no início de cada semestre, se necessário.

Artigo 14 As classes de recuperação de ciclo (RC – PIC) já formalizadas até 20/01/2010 serão atribuídas de acordo com o cronograma e poderão constituir jornada de trabalho docente dos titulares de cargo da rede municipal ou dos titulares de cargo da rede estadual, afastados junto ao Município.

Artigo 15 As classes de professores municipais cujos afastamentos estejam concretizados na fase 1- Unidade Escolar deverão ser atribuídas para o atendimento a professores adidos, sem descaracterizar esta condição, professores C.L.T. estáveis, professores substitutos providos por concurso de provas e títulos, e após, como carga suplementar de trabalho aos professores titulares de cargo e para professores aprovados no processo seletivo 03/2010 em caráter temporário, se necessário.

Artigo 16

A acumulação de dois cargos, empregos ou funções docentes poderá ser exercida desde que:

- I – esteja de acordo com o disposto na Constituição Federal;
- II – haja compatibilidade de horários, consideradas inclusive, as horas de trabalho pedagógico coletivas.
- III – Os horários serão compatíveis quando houver possibilidade de exercício dos dois cargos, empregos ou funções, em horários diversos e desde que fique comprovada a viabilidade de acesso aos locais de trabalho por meios normais de transporte;
- IV – O intervalo entre o término da jornada de um cargo e o início da outra seja de 1 (uma) hora. No caso das unidades de exercício situarem-se próximas uma da outra, o intervalo poderá ser reduzido para até o mínimo de 15 (quinze) minutos, a critério da autoridade competente, após análise dos horários de trabalho.
- V – não exceda a 66 horas-aula semanais de trabalho docente;
- VI – haja decisão favorável da direção da escola e Secretaria da Administração, após a análise da acumulação pretendida.
- VII – haja garantia de cumprimento do horário de trabalho pedagógico coletivo.

Artigo 17

A atribuição de classes e/ou turmas durante o ano obedecerá a seguinte ordem sequencial:

I – Fase 1 – Nas Unidades Escolares:

- 1 – Atribuição aos titulares de cargo adidos da própria U.E., para constituição de jornada de trabalho (classe livre);
- 2 – Atribuição aos titulares de cargo removidos ex-offício para atendimento aos pedidos de retorno (classe livre);
- 3 – Atribuição aos titulares de cargo adidos da própria U.E., em substituição;
- 4 – Atribuição de carga horária aos professores CLT estáveis da UE, em substituição;
- 5 – Atribuição em caráter obrigatório como carga horária (substituição) aos professores substitutos de educação infantil (P.S.E.I.) e ensino fundamental (P.S.E.F.) providos por Concurso de provas e títulos;
- 6 – Atribuição de carga suplementar de trabalho aos professores titulares dos cargos de educação infantil, educação especial e ensino fundamental, por período superior a 15 (quinze) dias;
- 7 – Atribuição de carga suplementar aos professores substitutos de educação infantil (P.S.E.I.) e ensino fundamental (P.S.E.F.);
- 8 – Atribuição de aulas eventuais até 15 dias, para:
 - professores adidos da U.E.;
 - professores CLT estáveis sem classe;
 - em caráter obrigatório como carga horária aos professores substitutos de educação infantil (P.S.E.I.) e de ensino fundamental (P.S.E.F.) providos por Concurso de provas e títulos;
 - professores titulares de cargo da U.E. (P.E.I. e P.E.F.) a título de carga suplementar;
 - professores substitutos de cargo da U.E. (P.S.E.I. e P.S.E.F.) a título de carga suplementar;
 - professores titulares de cargo de outra U.E. e

II – Fase 2 – Na Secretaria da Educação:

- 1 – Atribuição aos titulares de cargo adidos, em caráter obrigatório, para constituição de jornada de trabalho (classe livre);
- 2 – Atribuição aos titulares de cargo adidos, para substituição, quando não atendidos na UE;
- 3 – Atribuição de carga horária em caráter obrigatório aos professores CLT estáveis, não atendidos na UE;
- 4 – Atribuição de carga suplementar de trabalho aos professores titulares dos cargos de educação infantil, educação especial e ensino fundamental, quando não houver candidatos na U.E.;
- 5 – Atribuição de carga suplementar aos professores substitutos, quando não houver candidatos na U.E.;
- 6 – Atribuição de carga horária aos professores aprovados no Processo Seletivo 03/2010, em caráter temporário, se necessário.

§ 1º – Os professores adidos e professores CLT estáveis sem classe, que estiverem cumprindo horas de permanência na U.E., deverão assumir toda e qualquer substituição na sua unidade de classificação, inclusive faltas eventuais, dentro de seu período de trabalho.

§ 2º – Os professores substitutos (P.S.E.I. e P.S.E.F.) providos por Concurso de provas e títulos substituirão os professores titulares em suas ausências e impedimentos.

a) Quando não houver titulares a serem substituídos, o Professor Substituto de Educação Infantil (P.S.E.I.) deverá auxiliar o docente da última etapa da Educação Infantil e o Professor Substituto de Ensino Fundamental (P.S.E.F.) deverá auxiliar o docente do primeiro ano do Ensino Fundamental.

Artigo 18

As substituições de titular de cargo docente poderão ser exercidas por outro titular de cargo a título de carga suplementar, por professor CLT estável, por Professor Substituto de Educação Infantil e Ensino Fundamental ou por docente aprovado no processo seletivo 03/2010, em caráter temporário nos termos da Lei Complementar nº 461/09 alterada pelas Leis Complementares nºs 470, 472, 497/09, 540/2010 e Decreto nº 185/99 sob regime da CLT.

Artigo 19

Ao término da fase inicial do processo de atribuição de classes e/ou turmas, os diretores de escola procederão ao cadastramento de professores titulares de cargo da rede municipal, de outra U.E., interessados em ministrar aulas como substitutos na Unidade Escolar, nos termos do artigo 48 da Lei Complementar nº 461/09, alterada pelas Leis Complementares nºs 470, 472, 497/09 e 540/10.

Parágrafo Único. Os titulares de cargo que se cadastrarem poderão ter classes e/ou turmas atribuídas em outra Unidade Escolar, apenas a título de carga suplementar de trabalho.

Artigo 20

Os professores declarados adidos, cumprindo carga horária ou horas de permanência correspondente ao cargo na Unidade Escolar, poderão ter classe atribuída como carga suplementar de trabalho docente, no período oposto, desde que haja compatibilidade de horários.

Artigo 21

Os professores titulares de cargo poderão declinar da atribuição de Carga Suplementar de Trabalho Docente na Unidade Escolar sede, para participarem da atribuição na fase 2, na Secretaria Municipal da Educação na atribuição inicial ou durante o ano letivo.

Artigo 22

Para atribuição de carga suplementar de trabalho, nos termos do artigo 26 da Lei Complementar nº 461/09 alterada pelas Leis Complementares nºs 470, 472, 497/09 e 540/10, o responsável pela atribuição de classes e/ou turmas deverá analisar a compatibilidade de horários, considerando inclusive as horas de trabalho pedagógico coletivas, o intervalo de uma classe para outra, o tempo de percurso entre escolas e o limite de 66 horas-aula semanais.

§1º – No caso de atribuição inicial, considerando-se que os horários das HTPCs, poderão estar ainda indefinidos nas Unidades Escolares, se não houver compatibilidade de horários, declarada pelo Diretor da Escola, a atribuição da carga suplementar fica sem efeito, podendo o professor voltar a participar das atribuições durante o ano.

§2º – Nas atribuições durante o ano, tanto na SME quanto em outras Unidades Escolares, o professor deverá apresentar horário da classe no qual é titular de cargo, assinado pelo Diretor da respectiva Unidade Escolar, para ser analisado, visando a compatibilidade dos horários.

Artigo 23

É assegurado aos professores titulares de cargo em licença-gestante, licença adoção e em férias regulamentares como profissionais do suporte pedagógico, a participação na atribuição de carga suplementar de trabalho docente, de que tratam os artigos 12 e 17, devendo assumir as classes quando do término da licença ou das férias, quando passarão a receber os proventos relativos à classe atribuída.

Artigo 24

Os professores titulares de cargo afastados nos termos dos incisos I, II, IV, VI e IX do artigo 75 da Lei Complementar nº 461/09 alterada pelas Leis Complementares nºs 470, 472, 497/09 e 540/10 não receberão proventos por carga suplementar de trabalho docente enquanto durar o afastamento, podendo, no entanto, ter atribuídas as referidas classes nos termos desta Resolução.

Artigo 25

A critério da Administração Municipal e da Direção da U.E., quando houver prorrogação de afastamento do titular de cargo, o substituto que estiver na regência da classe poderá continuar, sem necessidade de nova atribuição.

Parágrafo Único – O diretor deverá solicitar através de ofício à Secretaria Municipal da Educação, a prorrogação do período da substituição, esclarecendo os motivos da mesma.

Artigo 26 É vedado aos professores que exercem postos de trabalho ou que substituem profissionais de suporte pedagógico, ministrarem aulas como carga suplementar de trabalho docente, em outro período.

Artigo 27 O professor titular de cargo que tiver atribuída classe e/ou turma como carga suplementar de trabalho docente e se afastar por mais de 30 (trinta) dias, consecutivos ou interpolados, a qualquer título, será automaticamente desligado da substituição, exceto quando as ausências forem em virtude de licença gestante ou adoção.

Artigo 28 O professor aprovado no Processo Seletivo 03/2010 que tiver classe e/ou turma atribuída em caráter temporário e se afastar por mais de 30 dias (trinta) dias, consecutivos ou interpolados, a qualquer título, será desligado da substituição, sendo seu contrato rescindido.

Artigo 29 Fica vedada a atribuição de novas classes e/ou turmas aos professores substitutos contratados através do processo seletivo que desistirem durante o ano, de carga horária ou ao titular de cargo que desistir de carga suplementar de trabalho ou ainda, aos professores que tenham sido desligados nos termos dos artigos 27 e 28 desta resolução, exceto:

- I – no caso de aulas eventuais para assumir períodos superiores a 15 dias;
II – no caso de vir a prover cargo público.

Artigo 30 Os recursos referentes ao processo de atribuição de classes e/ou turmas não terão efeito suspensivo nem retroativo, devendo ser interpostos junto à Secretaria Municipal da Educação, no prazo de 2 (dois) dias úteis após a ocorrência do fato motivador.

Artigo 31 Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário, especialmente a Resolução SME nº 02/2010.

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, aos vinte e sete dias do mês de janeiro do ano de dois mil e onze.

ANTONIO MONTESANO NETO
Secretário Municipal da Educação

ANEXO I

1- Dia 02/02/2011

a) Fase 1 – Unidades Escolares: 08h00min
- Atribuição de classes e/ou turmas para compor jornada de trabalho dos professores titulares de cargo da Rede Estadual de Ensino, afastados junto ao município com sede fixada.

- Atribuição de classes e/ou turmas para compor jornada de trabalho dos professores titulares de cargo da Rede Municipal de Ensino classificados na UE, de Educação Infantil, Educação Especial e Ensino Fundamental.

- 1º Momento – titulares de cargo da unidade escolar
2º Momento – titulares de cargo com opção de retorno

b) Fase 2 – Secretaria Municipal da Educação: 14h00min
- Atribuição em caráter obrigatório de classes e/ou turmas, para compor jornada de trabalho dos professores titulares de cargo, de Educação Infantil, Educação Especial e Ensino Fundamental para os que ficaram excedentes nas UEs.

2 – Dia 03/02/2011

a) Fase 1 – Unidades Escolares: 08h00min
- Atribuição em caráter obrigatório de classes e/ou turmas como carga horária (substituição) para os professores titulares de cargo declarados adidos e Professores CLT sem classes, da Educação Infantil, Educação Especial e Ensino Fundamental e Professores Substitutos de Educação Infantil (P.S.E.I.) e Ensino Fundamental (P.S.E.F.), aprovados em concurso de provas e títulos.

- 1º Momento – para os professores titulares de cargo adidos da U.E.
2º Momento – para os professores CLT, inscritos na U.E., sem classe.
3º Momento – para os professores substitutos de Educação Infantil (P.S.E.I.) e Ensino Fundamental (P.S.E.F.)

b) Fase 2 – Secretaria Municipal da Educação – 14h00min

1º momento - Atribuição em caráter obrigatório de classes e/ou turmas como carga horária (substituição) para os professores titulares de cargo declarados adidos, não atendidos na Unidade Escolar.

2º momento - Atribuição em caráter obrigatório de classes e/ou turmas como carga

horária (substituição) para os professores CLT sem classe, não atendidos na Unidade Escolar com mudança de sede de exercício.

Na impossibilidade da atribuição, os professores não atendidos no 1º e 2º momentos, cumprirão horas de permanência na Unidade Escolar.

3 - Dia 04/02/2011

a) Fase 1 – Unidades Escolares – 08h00min

- Atribuição de classes e/ou turmas como carga suplementar de trabalho docente para os professores titulares de cargo, de acordo com opção dos mesmos, de Educação Infantil, Educação Especial e Ensino Fundamental e aos professores substitutos de educação infantil (PSEI) e ensino fundamental (PSEF), seguindo classificação geral tanto no caso dos professores titulares de cargo, como professores substitutos efetivos.

- 1º Momento – titulares de cargo da unidade escolar (faixa I)
2º Momento – professores substitutos efetivos (faixa II)

b) Fase 2 – Secretaria Municipal da Educação – 14h00min

- Atribuição de classes e/ou turmas como carga suplementar de trabalho docente para os professores titulares de cargo, de acordo com opção dos mesmos, de Educação Infantil, Educação Especial e Ensino Fundamental e aos professores substitutos de educação infantil (PSEI) e ensino fundamental (PSEF), seguindo classificação geral nos dois casos.

- 1º Momento – titulares de cargo (faixa I)
2º Momento – professores substitutos efetivos (faixa II)

4- Dia 07/02/2011

Fase 2 – Secretaria Municipal da Educação – 08h30 min

- Atribuição de classes e/ou turmas, se houver, aos professores aprovados no Processo Seletivo 03/2011, de acordo com as Instruções Especiais constantes do Edital de Abertura, em substituição temporária em função no caso de vacância transitória de cargos de:

Professor de Educação Infantil
Professor de Educação Especial
Professor de Ensino Fundamental

As atribuições de classes e/ou turmas que se referem à fase 2 – (Secretaria Municipal da Educação), serão realizadas no Centro de Formação do Professor, sito a Rua João Kuhl Filho, s/n- Parque da Cidade- Vila São João

ANEXO II

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE LIMEIRA				
Atribuição de classes de 1º e 2º anos do Ciclo I, dos 3º e 4º anos PIC (Programa Intensivo de Ciclo) do ensino fundamental de nove anos e 4ª séries PIC (programa Intensivo de Ciclo) e das Classes de Recuperação de Ciclo do ensino de oito anos.				
Professor	Curso Letra e Vida		Experiência	
	Cursando	Concluído	Um ano	Mais de um ano

Apor logo abaixo da data, carimbo e assinatura do Diretor da Unidade Escolar

Limeira, ____ de ____ de 2011